

Social Frustration and Republicanism in 19th century Brazil

Angela Alonso

Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) Research
São Paulo - Brazil.

“ Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, September 24-26, 1998.”

Frustração Social e Republicanismo no Brasil Imperial

Angela Alonso

Pocock sugere que o melhor modo de analisar o pensamento político não está em tomá-lo como “filosofia” política, segregando-o de seu contexto, mas ao contrário, a boa compreensão supõe reconstruir a conexão entre teoria e experiência tomando por objeto a ação política e os argumentos que a legitimam (POCOCK, 1969:191).

As análises sobre pensamento político brasileiro no Império não tem levado esta advertência em consideração. Há interpretações que isolam a pensamento político de seu contexto, procurando reconstruir sistemas filosóficos, o que recorrentemente redundando na supervalorização de autores e obras. Como há, no outro extremo, os que tratam a relação genérica do pensamento estrangeiro com a sociedade brasileira, não raro concluindo pelo desvio ou inadequação de idéias burguesas para uma sociedade escravista¹.

Retomando a sugestão de Pocock, este paper procura escapar tanto do equívoco de isolar um pensamento evidentemente associado à prática política em escolas quanto da armadilha de buscar suas determinações estruturais sem tomar em conta suas especificidades. O objetivo aqui é demonstrar a relação entre a experiência social de determinado grupo e o pensamento político que a exprime, num momento em que o Brasil discutia os modos de transição de uma sociedade escravista para uma outra “moderna”, ainda por definir.

Não se trata então de reconstruir sistemas intelectuais, mas de analisar integradamente o pensamento ilustrado e a ação política. Daí minha opção pela noção de reformismo. No sentido que vou lhe emprestar aqui, o termo abrange a contestação política em favor da renovação das instituições chave do Império e a contestação intelectual, inspirada pelas novas teorias do progresso social e da boa sociedade e indicadoras de uma via preferencial para a mudança social. O reformismo é, então, concomitantemente uma nova forma de ação política (suprapartidária) e de discurso (antiliberalismo), expressando por estas duas vias um grande projeto de modernização do país e de redistribuição de poder político.

Os reformistas surgiram nos interstícios de uma sociedade fechada, dominada por uma pequena elite, e que se revelou um limite à sua ascensão e expressão política. Eram sobretudo jovens outsiders em relação à elite que foram frustrados em seus projetos pessoais de carreira política. Congregam a angústia em face das baixas perspectivas de ascensão e o fascínio teórico pelas ciências humanas emergentes numa aspiração por reformas estruturais no sistema de distribuição de poder do Império. Meu argumento é que o reformismo é ao mesmo tempo um projeto político-intelectual de modernização e uma experiência dos limites da velha ordem.

O reformismo abriu-se em variantes, de acordo com a posição social e o grau de radicalidade das propostas de seus membros. Como este paper é parte de um trabalho ainda em processo, vou tratar aqui exclusivamente a vertente

¹ Do primeiro tipo são exemplos PAIM, 1981, COLICCHIO, 1988 e do segundo, FAORO, 1993 e HOLANDA, 1936.

mais radical² do movimento por reformas, tentando demonstrar que ela foi produto da combinação entre uma situação de divergência de status, frustração de projetos de ascensão política e contato com as novas teorias sociais.

1. A socialização da elite e as brechas para os outsiders

As elites econômica, política e intelectual nos anos de estabilidade do Império brasileiro estiveram praticamente sobrepostas. Do universo de proprietários saíam os governantes e os eruditos.

Esta elite era socializada para a política em dois estágios sucessivos. O primeiro era a obtenção do bacharelado em Direito, passando pelas escolas de São Paulo ou do Recife³, de preferência pelas duas. Este deslocamento dava uma visão geral do país, do norte e do sul, ao postulante. As escolas de instrução superior tinham sido planejadas para viveiros dos homens de mando. O ingresso em um dos dois partidos através da família ou de padrinhos era o passo seguinte que permitia a eleição para deputado. Seguiu-se daí uma circulação pelos vários níveis de poder central, com destaque para a presidência de província, que fortificava o ponto de vista nacional da elite. Dali se atingia o senado, depois o ministério e, finalmente, o mais alto posto, que era o assento no conselho de estado, onde chegavam tão somente uma dúzia de sumidades⁴, em geral, já consolidados como chefes partidários. A combinação entre a educação formal e a socialização política dava uma grande homogeneidade de vistas a esta elite (PANG,1972; CARVALHO, 1980), que só mostrou suas fissuras quando os pilares da ordem imperial entraram em discussão nos anos 1870.

Uma vez estabelecida, a elite política do Segundo Reinado tendeu a perpetuar-se encaminhando a prole para substituí-la. Assim foi com o Visconde de Uruguai, Nabuco de Araújo, Rio Branco, Rodolfo Dantas, cujos filhos foram imediatamente alçados da faculdade à deputação. A indicação para todos os níveis exigia bom trânsito com estes chefes, que se facilitava pelo nome de família do candidato, mas que também podia abrigar como uma benesse o jovem pobre talentoso. De modo que o prestígio podia substituir a origem e muitos dos grandes estadistas do Império em seus inícios não tinham grande passado familiar de que se orgulhar. O modo quase canônico de aferir este prestígio era ganhar nomeada nos jornais, fosse pela literatura, fosse por artigos de crítica política. Aí o postulante devia completar seu ingresso demonstrando a assimilação do universo mental do Império. Um modo de pensar a política baseado nas idéias de ordem e de hierarquia, que prescrevia liberdade e controle social, tendo o espírito liberal inglês e as formas francesas por padrão. A harmonia, a “conciliação”, eram o ideal de convivência a que o ecletismo

² Minha tese de doutoramento em preparação no departamento de sociologia da USP deverá compreender todas as vertentes, assim como uma discussão mais pormenorizada da bibliografia brasileira acerca do problema.

³ Um número bem menor seguia para a medicina na Bahia e na própria Corte ou para a Europa em busca da formação mais rigorosa que as escolas locais estavam longe de fornecer (CARVALHO, 1980).

⁴ 77,09% dos ministros eram formados em direito entre 1853 e 1871, percentual que sobe para 85,73 entre 1871 e 1889. (CARVALHO, 1978:21). Neste segundo período 82,3% de toda elite política tinha curso superior (66,3% eram bacharéis em direito, 30% eram magistrados. 56% foram presidentes província e 37% chegaram ao Conselho de Estado). Todos os chefes de gabinete já eram senadores, assim como 42% dos ministros.(LEITE,1978:56).

filosófico de Victor Cousin deu forma e o indianismo, romântico, identitário, deu carne (ALONSO, 1996).

Este mundo de pares era pequeno e era fechado, um verdadeiro “clube oligárquico” (CARVALHO, 1980:93 e passim), desprovido de elasticidade.

O processo de modernização do país iniciado por um membro de destaque deste clube, o Visconde de Rio Branco, vai complicar o jogo. As novas atividades econômicas e o dinamismo particularmente forte no oeste paulista por causa do café davam um novo empuxe ao país. Durante seu gabinete (1871-1875) Rio Branco buscou acompanhar estes novos tempos, produzindo amplos “melhoramentos materiais”: construiu ferrovias e através do telégrafo ligou o país com a Europa e as principais províncias entre si. De outro lado, executou reformas difíceis: mexeu no judiciário, na organização e no recrutamento militar; libertou os filhos de escrava nascidos a partir daí. No caso do ensino, houve uma tentativa de criar cursos especializados e técnicos⁵. De sua pauta constavam ainda itens que não aprovou: a reforma do direito civil, a abolição da religião de estado, a mudança no regime de eleições.

As reformas modernizadoras de Rio Branco cindiram a antiga e já minada unidade da elite política, pondo as instituições modernas que prometia em antagonismo com os valores tradicionais, como a religião de estado, e com os próprios fundamentos da sociedade imperial, como a escravidão. De outro lado, quebrou a espinha dos partidos, levando à pauta de uma só vez todas as questões de princípio que se evitavam discutir. As discordâncias ideológicas internas a esta elite aparentemente tão coesa vieram à tona.

Vou tomar aqui a reforma do ensino que demonstra exemplarmente o movimento de renovação do Império: proposições moderadas de modernização, combatidas pela ala mais tradicional do grupo hegemônico como muito velozes e potencialmente anarquizantes, e tidas pela ala mais avançada da oposição como insuficientes. Contemporizadoras, as reformas saíam num formato intermediário, sendo apenas parcialmente implementadas.

As reformas ficavam então a meio caminho, fomentando a mudança social sem garantir instituições novas; indicando a modernização do país, sem construir canais políticos de expressão para os novos grupos sociais.

2. A reforma educacional

Uma das faces da modernização imperial apareceu a partir das instituições de formação superior e dos colégios preparatórios, uma estrutura de ensino inicialmente montada para servir a elite e que procurava se dilatar para acolher gente de fora dela. Numa sociedade de base agrícola tão pronunciada, e com desprezo pelo trabalho manual (HOLANDA, 1936), as boas carreiras eram poucas e de acesso quase sempre limitado à própria elite.

Com o crescimento e diversificação acelerada do início dos anos 70 evidenciou-se que sobravam bacharéis enquanto faltavam engenheiros, agrimensores, técnicos agrícolas, etc. Essa lacuna, recorrentemente apontada

⁵ O gabinete também realizou a primeira estatística geral do império, reformou a Biblioteca Nacional, o Arquivo Público e o Colégio Pedro II.

pelos fazendeiros, ficava agravada com a perspectiva de fim da escravidão e a constatação de que o povo não estava preparado para os novos tempos. Enfim, faltavam profissionais técnicos disponíveis para o trabalho e não para a política.

Várias reformas educacionais foram tentadas ao longo do Segundo Reinado visando diversificar carreiras que produzissem ocupações médias, mas tiveram pequeno efeito. A alternativa sempre lembrada de valorizar o magistério não alcançava implementação.

O Ato Adicional de 1834 descentralizara o ensino. Cada província tinha independência para adotar o sistema que lhe aprovesse para escolas primárias e secundárias (MOACYR, 1937:67). Isso implicava ausência de padronização curricular e baixo controle do estado sobre a educação pública, já dificultoso pela ausência de estatísticas⁶. Este sistema era dispendioso, de modo que apenas as províncias mais abastadas podiam mantê-lo⁷. O estado central tinha sob sua custódia educacional os órfãos e os pobres, mas possuía poucas escolas e deliberava estritamente sobre as da Corte e sobre as faculdades.

O ministério do Império reclama ano após ano da baixa qualificação e salários dos professores; exige a criação de escolas normais e a uniformização do ensino. O titular da pasta em 1869, o conservador Paulino de Souza, denuncia o uso do magistério como “abrigo nos dias de adversidade política”, denotando a ausência de uma carreira autônoma e o preenchimento dos cargos por patronagem. Sugeriu, no entanto, ainda o fomento a novas carreiras com a criação de uma universidade com faculdades de teologia; ciências sociais e jurídicas; medicina; ciências físicas e matemáticas (MOACYR, 1937:98;125). As medidas de Paulino saem minguidas em 1870. Sua perspectiva, herdada do pai o Visconde de Uruguay, visava ainda a unidade moral do Império, como a preocupação com a formação de padres bem revela.

O país, porém, manifestava necessidades bem menos esotéricas. A construção das ferrovias, que começava, por exemplo, evidenciava a falta de engenheiros. A ênfase do ensino na formação para administração do estado, iniciada na Independência, quando as faculdades de direito foram tidas por prioritárias, tinha suplantado a pesquisa científica rudimentar da colônia e se mantivera. A mudança do eixo econômico do país da mineração para o café consolidou essa despreocupação com o ensino técnico e o direcionamento das faculdades mais para a retórica que para a ciência⁸ (CARVALHO, 1978:15).

A reforma virá no pacote modernizador de Rio Branco, conduzida por João Alfredo, cuja proposta se aprova em 1874. De novidade traz a criação de um “sistema de inspeção” do ensino público e particular, com a liberalização da freqüência às aulas. Propunha ensino profissional, com “escolas industriais”

⁶ Os números do ministério do Império, que era a pasta responsável pelo ensino, para 1869 eram 150 mil alunos numa população de 8 milhões de livres. Os relatórios de todos os ministros bem como todos os projetos de reforma estão em MOACYR, 1937.

⁷ isso explica o contraste do final do Império entre boas escolas em províncias decadentes como o Maranhão e a ausência delas nas províncias de economia nova, como São Paulo.

⁸ “uma indicação do descompasso é a própria ausência de cientistas no período intermediário e, portanto, de produção científica.” (CARVALHO, 1978: 19). Apenas o Museu Nacional era de pesquisa e nem andou muito. A composição da elite política evidencia o fato: enquanto no Primeiro Reinado os ministros se dividiam quanto à formação em direito e ciências, no Segundo Reinado, a prevalência dos bacharéis em direito é absoluta. (CARVALHO, 1980).

provinciais e outras de alfabetização de adultos. De um lado, portanto, a reforma visava uma expansão do alunado, abarcando crianças e adultos dos extratos sociais até então sem acesso ao sistema de ensino, significando uma tentativa de socialização do povo para os novos tempos, através do ensino técnico⁹.

Do outro lado, a reforma era para os extratos intermediários. Além de criar uma faculdade efetivamente técnica em Ouro Preto¹⁰, dividia a Escola Central, separando militares e engenheiros¹¹ na Corte, com cadeiras especiais para lentes estrangeiros. Enquanto a Escola de Minas ensaiava um novo tipo de formação de elite, as escolas militar e politécnica ofereciam preços mais módicos e exames mais fáceis que os cursos de direito (HAIDAR,1972:59;88), incentivando assim alunos sem posses e sem preparo prévio.

A decantada criação de 13 escolas normais provinciais foi uma verdadeira revolução, tendo o Colégio Pedro II renovado por modelo. O colégio ganhava um bacharelado em letras e ficava desobrigado do ensino religioso, além de ganhar disciplinas científicas (HAIDAR,1972:125). Deste ponto de vista, portanto, tentava-se diversificar as carreiras, pelo fomento à profissionalização do magistério e o incentivo às profissões técnicas, oferecendo assim mais empregos aos letrados e procurando criar os profissionais qualificados para responder ao processo de modernização que estava em curso.

A reforma foi uma revolução também nos estudos preparatórios¹². Antes restritos às faculdades imperiais, ficam permitidos em todas as capitais provinciais. A criação das mesas gerais de exame fora do centro nervoso do Império e o incentivo à formação de escolas secundárias, antes inexistentes, foram medidas decisivas de intervenção do centro nas províncias. Implicaram não só uma descentralização, como também um barateamento do ingresso nos estudos superiores para os estudantes de outras províncias que tinham antes de deslocar-se para os cursos anexos até então disponíveis apenas nas cidades com faculdade¹³. Por conseqüência, abriram-se muitos liceus provinciais¹⁴ e principiaram as escolas secundárias particulares, no Paraná, em Goiás, em São Paulo. Nesta última província, formam-se várias escolas de educação popular¹⁵ e colégios confessionais como o protestantes¹⁶, ou vinculados a grupos sociais muito particulares, como os especificamente direcionados aos filhos de fazendeiros enricados pelo café do Oeste. Ambos ventilavam métodos de ensino mais adiantados. O Culto à Ciência de Campinas é o carro chefe e dá medida do

⁹ Em 1869 havia apenas uma escola técnica; em 1877, há 117 e, no ano seguinte, são criados cursos noturnos para adultos em todas as escolas da Corte (MOACYR, 1937: 506).

¹⁰ O Imperador teria sido o responsável por convencer Gorceix, um jovem cientista de ponta na França, a montar a escola que só operaria a partir de 1876, com rígido sistema de exames e aulas práticas (CARVALHO, 1978).

¹¹ Foram criados cursos de ciências físicas e matemáticas; físicas e naturais; engenheiro geógrafo, engenheiro de minas; artes e manufaturas; e engenharia civil.

¹² Não havia exame de ingresso para as faculdades. Todo aprovado nos preparatórios tinha assento garantido.

¹³ Em 1875, Amazonas, Goiás, Mato Grosso e Paraná fazem seus preparatórios.

¹⁴ Nas províncias do Amazonas, Maranhão, Piauí, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

¹⁵ Como o Instituto Novo Mundo de Itú, Instituto Ana Rosa; Sociedade Propagadora da Instrução Popular (MORAES, 1990).

¹⁶ Nas décadas de 1860 e 70 surgiram uma profusão de colégios preparatórios, bem como de escolas religiosas, como as protestantes Escola Mackenzie em São Paulo e Colégio Americano em Porto Alegre (AZEVEDO, s/d, 97-8;105-6) e as jesuítas em São Luís, Itu, Nova Friburgo e São Leopoldo.(WAREBE, 1974:374).

espírito que animava a iniciativa: substituir a formação “literária e bacharelesca” imperante pelo saber científico e laico (MORAES, 1981).

O efeito da reforma João Alfredo foi, então, um aumento de alunos em condições de ingressar nas faculdades como também a formação de uma rede de emprego no magistério, seja nas escolas normais, seja nas secundárias provinciais.

É temerário assegurar quanto o atendimento das escolas cresceu. A confiabilidade das estatísticas e mesmo o interesse por elas não era alto por este tempo. Segundo os dados do governo, porém, em 1870 havia uma escola primária para cada 541 livres em idade escolar. Mais ou menos 10% destes alunos alcançava as secundárias: eram 115.935 no primário, número que caía na secundária para 12.911 e para 1.648 na superior (MOACYR,1937)¹⁷. Um contingente realmente baixo da população atingia a escala mais alta de ensino, que convém lembrar excluía mulheres e escravos. No entanto, esta pequena elite tinha se alargado muito se comparada com os inícios do Segundo Reinado: na década de 1830 as escolas de direito tinham formado 710 bacharéis, enquanto nos anos 1880 este número chegou perto dos 2 mil (GRAHAM, 1990:266).

A vida política não teria capacidade de absorver tamanho contingente. Mas as faculdades continuaram a formar seus alunos como nos velhos tempos. Assim, nos fins dos anos 70, o aluno de Direito, que em muitos casos se tornara já professor do novo gênero de escola secundária, encontrava o mesmo curso de direito que a reforma Pedreira efetivara em 1854. Apesar das várias propostas de reforma, o ensino jurídico, no qual continuavam desaguando o grosso dos aprovados nos preparatórios¹⁸, propriamente não mudara. Manteve inalterado o método de ensino oral, com as letras sobressaindo no currículo, ausentes as ciências e impositiva a retórica (ADORNO, 1988). O de medicina igualmente permaneceu quase intacto¹⁹. Mesmo o Colégio Pedro II reformado nunca se afastou de seu modelo francês do liceu de artes liberais, ensinando por memorização²⁰.

O crescimento quantitativo do secundário, portanto, não teve sua plena contraparte numa reforma qualitativa do sistema. Então a abertura para os que se aventurassem a buscar a ascensão social pelo talento ficava dificultada, porque justamente necessitavam ser qualificados pela escola e era exatamente o que a escola não lhes dava. E estes alunos aspiravam como todas as gerações antecedentes obter um canal político com seu diploma de direito, mas sabiam a

¹⁷ 10% da população em idade escolar estava efetivamente estudando em 1864, destes bem poucos chegavam ao topo. De 1855 a 1864, 8.036 alunos passaram pelas faculdades de direito, enquanto nas de medicina havia comparativamente menos gente: 2.686. Enquanto havia 8.600 alunos de instrução secundária, nas faculdades se matricularam, em 1864, 396 em Recife, 430 em São Paulo, 294 em medicina, 154 na escola central, 109 na escola militar (AZEVEDO, s/d: 86).

¹⁸ Haidar (1972) observa que o aumento no número de aprovados nos preparatórios das Escola Politécnica e Militar pode em parte dever-se ao aumento de procura, mas provavelmente se explica pela maior facilidade do exame. A prova é que a maioria dos alunos depois pedia transferência para os cursos de direito.

¹⁹ O curso médico era de 6 anos, composto por física, química, mineralogia, anatomia, zoologia, botânica, zoologia, fisiologia, patologia, dissecações, partos, operações, clínica, higiene, farmácia. Em 1882, teve acrescentadas as cadeiras de oftalmologia e de moléstias mentais. Já o curso de direito durava 5 anos e era composto por direito natural, público, romano, eclesiástico, civil, criminal, militar, marítimo, comercial, administrativo, internacional; constituição do Império; diplomacia; hermenêutica jurídica e prática forense.(MOACYR, 1937)

²⁰ Mas houve uma tentativa de mudar de direção, sem sucesso. “Destinado antes a formar e fortalecer o espírito da mocidade (...), o novo programa deu maior desenvolvimento ao ensino das ciências físicas e naturais (...).” (HAIDAR,1972:125).

ausência de um bom nome de família dificultava mesmo o ingresso nas escolas. Os apelos a padrinhos choviam (GRAHAM,1990:209 e passim), mas a subserviência revoltava. Especialmente porque depois dos percalços para atingir a faculdade, não encontravam lá senão um curso rançoso e mais protecionismo.

As reclamações passam a ser uma constante. Panfletos e pequenos jornais surgiam dentro das escolas, assinalando o descompasso dos programas de ensino para com os novos tempos.

Um bom exemplo é o “Libelo Acadêmico”, assinado por aluno da Politécnica. Escrito em 1876, denunciava com acrimônia a ineficácia da reforma educacional: “corrompe-se o ensino, entregam-se cadeiras a homens que não possuem habilitações, (...)aprovações escandalosas (...) e a ignorância da mocidade como resultado.” Defendendo a educação como “a base dos povos livres”, apontava o beneplácito em favor da elite e a inépcia dos ministros. A reforma de Rio Branco não teria alterado essencialmente as chances dos mal nascidos: “Vede a hipocrisia desses ministros do rei: concedem um arremedo de ensino livre, e para dificultá-lo elevam a taxa de matrícula.(...) “não será iniquidade exigir \$50 a quem só tiver \$75 por mês?”(ETHÓPHILO,1876: 6;9;43;41).

“Ethóphilo” ia ainda mais longe acusando concursos fraudados e aposentadorias precoces, precisamente como a do atual diretor da escola, ninguém menos que Rio Branco, que nunca teria nem mesmo lecionado. O intrincado das carreiras política e do magistério era o principal na reclamação. Significava um descuro para com o ensino, permanentemente arcaizante em todos os níveis, com poucas escolas ensinando nada mais que “o catecismo, a leitura e a ataboada”. Já as faculdades tinham um “curso geral”, alheando o aluno dos conhecimentos práticos requeridos para sua profissão. Apontava assim a inconseqüência da reforma de Rio Branco que abrisse o sistema, mas não permitia o prosseguimento normal das carreiras. Concluía sugerindo a reorganização do curso conforme o método do ex-professor da Politécnica de Paris, Auguste Comte - um prestimoso pedagogo, lembrava Éthóphilo, também preterido em concurso. A leitura de Comte ajudava a criticar não só o sistema de ensino, mas o próprio regime. O panfleto se encerrava descrendo da realeza: “A academia dá-nos o que tem:(...) ensinar-nos-á a sermos ignorantes e servis. É de homens assim educados que precisa a monarquia.” (ETHÓPHILO,1876:61;74).

Também em situações solenes como as defesas de tese a discordância ganhava tons às vezes desabridos como o de Sílvio Romero, em seu elogio da ciência na Faculdade de Direito do Recife ou o de Lacerda Werneck em panfleto a favor da liberdade religiosa. O regime que se gabava de sua liberalidade de expressão reprovou Romero em concurso, suspendeu Werneck por dois anos da Faculdade de Direito de São Paulo, por atentar contra a religião de estado e puniu com nada menos que a expulsão a dupla Miguel Lemos e Teixeira Mendes alojada atrás do pseudônimo de Éthophilo.

A exclusão em lugar do acesso ao mundo político e intelectual da elite só fará adensar o ressentimento que estes moços votavam contra o Império. A

extrapolação da crítica do sistema de ensino para o governo era facilitada pela simultaneidade de ocupação dos cargos pedagógicos e políticos pelos mesmos homens²¹.

*

A reforma Rio Branco, portanto, criava um gargalo: a ampliação, diversificação e descentralização do ensino secundário permitia à sociedade muita expressão, absorvendo gente que iria pressionar o novíssimo mercado de trabalho especializado de ensino, como também trazia expectativas diferenciadas para o interior das faculdades, pondo lado a lado, os filhos da elite, com futuro garantido e os jovens sem acesso aos bons empregos. Assim, a reforma produzia uma discrepância entre a abertura que dava ao ensino e o afunilamento no acesso aos postos de emprego público.

Os novos cargos privados no magistério darão entrada ao excesso de bacharéis em letras no Pedro II ou na antiga Escola Normal, já matriculados em Direito nas faculdades. Na maioria interessados na carreira política, mas também precisados do salário certo que ela não provia e sem as bençãos dos chefes políticos que ela requisitava. Doutra parte, os colégios serão dirigidos por homens da “livre iniciativa”, de intenções mais propedêuticas que políticas. Este corpo docente diferia essencialmente daquele das faculdades e do próprio Pedro II, tomados pelos partidos.

Criava-se assim um grupo que ocupava simultaneamente as duas posições do sistema, sendo aluno do ensino público superior e professor dos colégios particulares ou de aulas avulsas. Como alunos se viam prejudicados por terem de custear com dificuldade um curso que nada ensinava e um diploma de pouca valia, sem um figurão que o defendesse. Como professores constatavam que tinham aprendido bem pouco e que eram necessários novos métodos de aprendizagem. Esta constatação os levou a estudar pedagogia. Silva Jardim, por exemplo, viajou ao norte para demonstrar o método que aplicava com sucesso em São Paulo. Muitos destes jovens escrevem obras de avaliação do sistema de ensino, compêndios, manuais - numa tradição que entrará pela República com Bilac, Bonfim e Romero.

De outro lado, percebiam o acanhamento de possibilidades do magistério como carreira. Os novos postos públicos abertos nas escolas normais continuaram a obedecer o velho método de patronagem no preenchimento. As denúncias de corrupção são uma constante. A lisura dos concursos era o maior reclamo daqueles que munidos de diploma e superiores em mérito viam-se preteridos abertamente por apaniguados ou parentes de políticos de renome. O relatório do próprio ministro em 1875 é acerbo na denúncia: “o patronato em matéria de concurso tem estado de uma maneira que causa repugnância falar nela: os filhos sucedem os pais, os cunhados aos cunhados, os primos aos primos,(...); é o princípio da hereditariedade monárquica.” (apud MOACYR, 1938:180).

²¹ Além do diretor da Politécnica, Joaquim Murinho e José Saldanha também lá ensinavam, o que denotava o uso dos cargos educacionais nos recessos políticos.

Este grupo de professores/alunos desvinculados da elite política serão o principal grupo de pressão por novas reformas no sistema, exigindo o que fora ventilado, mas nunca se efetivara. Hipotecarão seu apoio à parte do programa do gabinete liberal de reconciliação dos liberais debandados do republicanismo com o que a coroa tentou avançar para além das propostas de Rio Branco. A proposta de reforma do “liberal com assomos de republicano” (HOLANDA,1972:192) Leôncio de Carvalho em 1878, ele próprio um lente de direito da faculdade de São Paulo, propunha um efetivo plano de carreira para o magistério, com critérios de promoção; tornava públicos os exames dos alunos e os concursos para professor. No espírito de livre exercício das profissões que o positivismo propagava, a proposta retirava a exigência do título de doutor para a candidatura ao cargo de lente, concedia liberdade de ensino e dispensava os não católicos de aulas de religião. O ministro não escondia o espírito científico das mudanças nem a intenção de incorporar jovens de fora da elite, “moços a quem a vocação decidida impele para o estudo de alguma ciência {mas que estão} privados de obter o grau acadêmico porque não dispendo seus pais de recursos (...)” (apud MOACYR, 1937:173).

A reforma visava sobretudo mudar o espírito da formação superior, dividindo o bacharelado em Direito em Ciências Jurídicas, que formaria magistrados e advogados, e Ciências Sociais, que prepararia para a carreira política. Por esta via tentava-se separar em dois ramos o que estivera sempre geminado e efetivar a demanda liberal por independência da magistratura que ficaria isolada da política. Previa-se também a renovação do currículo das faculdades²².

Pelas medidas que propunha e pelo tom em que o fazia, a reforma de Leôncio de Carvalho galvanizou a “mocidade acadêmica”, organizada em seu apoio. Muito defendida muito criticada, a reforma é decretada em 1879, derrubando o ministro por desgastado nos debates. Seus efeitos práticos, porém, vieram mitigados, excluindo as medidas de transformação do espírito do ensino. A divisão dos cursos de direito e a alteração de currículos foram sistematicamente engavetados e vão monotonamente se repetir pelos projetos de reforma educacional daí até o fim do Império.

O grande debate e movimentação em torno das perspectivas de expansão da educação, no entanto, tinha disseminado duas idéias: a de que eram necessários novos tipos de profissionais para atender ao processo de modernização econômica que o país estava atravessando. De outro lado, que a universalização de acessos com a ampliação da educação, verdadeira alavanca civilizatória na tese de todos os teóricos europeus, era a condição para pôr o país em consonância com o mundo moderno.

*

A reforma do ensino, portanto, como todas as demais do pacote reformista conservador, custou a sair e saiu mitigada. Embora tenha havido um

²²Incluía medicina legal e higiene pública no curso de direito e “noções de lavoura e horticultura” no secundário. Completavam o programa a abertura para matrícula de mulheres, propondo escolas mistas para o secundário, e a obrigatoriedade de bibliotecas nas escolas.(MOACYR, 1937: 211).

passo importante no sentido de especialização do sistema e de ênfase em cursos técnicos, sinalizando o declínio do modelo coimbrão e da retórica como padrões, não houve nenhuma alteração fundamental nos procedimentos pedagógicos e nas disciplinas.

Isso implica que a diferença de visão do mundo que informou a contestação não nascia da mudança planejada no tipo de treinamento escolar - até porque seus efeitos demorariam - mas justamente de sua não efetivação. Parte da contestação juvenil que assomava incidia precisamente sobre a própria formação. Isto já aponta o sério problema de socialização das novas gerações nos moldes antigos. Diante da modernização que a ciência vinha trazendo ao país (de que o trem e o telégrafo são os signos), o aprendizado de línguas mortas e a ênfase na erudição escolástica ao invés do treinamento técnico, as fraudes de nota e freqüência fizeram das escolas pontos de fermentação da crítica política.

Também não se alteraram substantivamente as chances de alocação dos diplomados. Ainda que não fossem numericamente excessivos, os formados pelas escolas de direito que não vinham de famílias tradicionais, viviam um dilema. O direito preparava para a política. A escola, deste modo, acabava dando formação equivalente aos que estavam destinados ao mando e aos que não tinham grandes chances de atingi-lo. Nem mesmo todos os filhos da elite podiam encontrar boa colocação. A frustração que esta falta de perspectiva de carreira gera explica um pouco da morbidez fin-de-siècle que tomou muitos alunos da escola, encaminhando para a literatura - a outra carreira valorizada - o que não podia desaguar na política.

Para os de estratos mais baixos o diploma gerava uma divergência de status. Apenas os abastados podiam suportar a vida partidária, com seus altos e baixos, e o ingresso na carreira pública dependia mais de apadrinhamento que de mérito (GRAHAM, 1990). Mesmo o magistério público, saída buscada pelos destituídos de posses, mostrava ser uma carreira árdua para os que os não tinham padrinhos.

O procedimento de apadrinhar os que vinham subindo na hierarquia social através das escolas, ou mesmo apesar delas, por nomeação para cargos executivos ou judiciários - na maioria das vezes por ambos - era freqüente. Esta operação ajudou gente como Machado de Assis, André Rebouças e José do Patrocínio, mas já não podia atingir a todos.

O novo fracasso das reformas chegava num contexto político bem mais delicado que o dos anos áureos de Rio Branco. Os dois partidos tradicionais, o conservador e o liberal, estavam fracionados em duas alas e o partido novo, o republicano, não ganhara fôlego. Este contexto de crise política propiciava a extrapolação da crítica do sistema de ensino para o governo, facilitada ainda pela simultaneidade de ocupação dos cargos de ensino e de governo pelos mesmos homens.

A ampliação do sistema educacional, portanto, acenou para os novos grupos sociais com a perspectiva de ascensão social pelo diploma, concedendo-lhes acesso à formação superior. Ao não complementar o processo com postos de empregos correspondentes, fomentou a formação de um grupo de pressão

ilustrado, alocado nos colégios particulares, projetando homens estranhos à tradição imperial à situação de potenciais críticos da ordem.

3. A ascensão frustrada

Silva Jardim, que acabou por ser o maior tribuno do republicanismo, era filho de um professor de Niterói. Sem recursos para custear seus preparatórios na Corte, teve de empregar-se como ajudante de guarda-livros para pagar os estudos. Também dava alfabeto a um menino. Finalmente alcançou ser explicador num dos colégios particulares, o externato do americano Jasper Harben, que lhe deu até moradia (JARDIM, 1891:172-3). Durante os anos de faculdade de Direito em São Paulo, onde ingressou em 1878, conseguiu pela mão de Inglês de Souza o cargo de revisor e redator de *A Tribuna Liberal* - órgão do Partido Liberal.

Conseguiu finalmente um bom emprego, o de professor na Escola Normal de São Paulo (1880-83), onde introduziu o método de ensino de João de Deus. Inglês de Sousa, então presidente da província do Espírito Santo, o convidou a propagandear suas idéias pedagógicas, expressas em livro que publicou em 1884, *Reforma do Ensino da Língua Materna*. A situação dava indício de estabilizar-se. Mas o gabinete liberal que sustentava Inglês de Souza caiu. Silva Jardim não tinha recursos para esperar a nova inversão partidária. Mesmo o casamento com a filha do conselheiro liberal Martim Francisco, estratégia que outrora teria sido suficiente para alavancá-lo socialmente, pouco valeu. Os tempos anunciavam a franca decadência da aristocracia da qual seu sogro era parte. Em meio a sucessivos apertos financeiros, Jardim segue para Santos à procura de um posto de advogado. Em vão (JARDIM, 1891:21; 23;170).

Portanto, o curso de direito não lhe deu acesso nem à carreira política, nem à burocracia judiciária. Mesmo com um bom padrinho, sua situação tendia a repetir a de seu pai e seu futuro desenhava-se no magistério, mesmo destino da maioria de seus companheiros de curso.

Os moços que viam na escola um escada social seguramente amargaram desde logo esta decepção que foi se convertendo paulatinamente em convicção política: a de que o regime monárquico estava contaminado de filhotismo e que a chance de conseguir espaço estava em mudar o jogo.

Silva Jardim não era uma exceção. Estava se tornando a regra. Uns com pouco, outros com nenhum dinheiro, estes jovens vivenciaram uma comunidade de sentimento diante da ascensão social prometida, mas não efetivada pelas clássicas estratégias de educação, casamento e apadrinhamento.

A vertente mais radical do reformismo surgiu com os grupos sociais que se formavam nos interstícios do patrimonialismo e que viam nele um limite ao seu crescimento e expressão. A partir de uma amostra de 75 indivíduos²³ participantes nas duas campanhas reformistas mais importantes dos anos 1880, a

²³ A amostra utilizada aqui compreende apenas aqueles indivíduos para os quais já foi possível reconstruir uma biografia básica. O banco de dados, portanto, ainda não está completo e as ilações que ele embasa não são definitivas. O critério de seleção foi a participação nos eventos republicanos e abolicionistas e a redação de alguma justificativa ideológica desta ação, sejam artigos de jornal, livros ou panfletos, que configurem uma reflexão sobre o problema.

abolicionista e a republicana, é possível construir um perfil e uma trajetória típica do reformista radical.

O indivíduo típico nasceu numa província não pertencente à aliança hegemônica nacional ou era membro de grupos alijados do poder mesmo nas províncias de peso político grande, como Pernambuco. Era também pouco valido de posses. Há os remediados, sobretudo o grupo gaúcho, de famílias de estancieiros, mas sem entrada nos feudos políticos da província. Mas abundam sobretudo os de origem excêntrica, não alocados no mundo da elite política e da grande economia. São um pouco o que sobra entre o dinheiro e a política da Corte e o universo escravista rural: os filhos de pequenos comerciantes; de imigrantes portugueses; de estancieiros; de inspetor de alfândega; de juiz; de oficiais do exército (major; marechal; tenente-coronel); de médicos de poucas posses; de tipógrafo; de pequeno lavrador; de mestre-escola e até de vigário de paróquia. Mesmo aqueles para os quais não se consegue determinar a profissão do pai, há sempre a referência à pobreza da infância e à uma carreira cheia de percalços ocasionados pela falta de posses. Há ainda os casos extremos de uma sociedade escravista, como o do liberto Luiz Gama, filho de escrava com senhor e vendido pelo próprio pai.

Isto é, era uma gente sem laços nem com a economia decadente do vale do Paraíba ou com as famílias tradicionais pernambucanas, baianas e fluminenses, mas também sem ligações com a pujança do oeste paulista. Eram marginais à plantation, filhos de estancieiros do sul, como Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Alcides Lima, do pequeno comércio urbano do Maranhão, da gente realmente miúda do Vale do Paraíba, como Silva Jardim, ou de Pernambuco, como Aníbal Falcão e Martim Jr.. Era de fato uma gente de lugar duvidoso numa sociedade escravista, na qual as instituições, os empregos, os prêmios tinham a marca e a prerrogativa da elite.

A trajetória é também muito assemelhada. A maioria pertence a províncias sem faculdades, como o Rio Grande e o Maranhão, ou às cidades decadentes do Vale do Paraíba, e se deslocam para São Paulo, Recife ou para a própria Corte, onde fazem os preparatórios e vão morar em “repúblicas”. Entre 1875 e 1883 estavam nas faculdades, portanto, no momento em que foram tentadas as reformas do status quo do Império.

Com poucas exceções, todos se empregaram durante os anos de estudo. A ocupação mais comum e também mais honrada era a de professor secundário nos colégios particulares como o Colégio Kopke ou o Culto à Ciência, em São Paulo, ou de aulas avulsas. Uns poucos conseguiam o bom emprego que era um cargo de lente no Pedro II ou numa das escolas normais. A maioria vivia de pequenos empregos, como o de bibliotecário, porteiro do jockey, fiscal de matadouro; caixeiro; amanuense; delegado de polícia; empregado de farmácia; guarda-livros; soldado; escrivão de polícia; taquígrafo; tipógrafo. Muitos, portanto, ocuparam cargos realmente modestos, que deviam envergonhar o aspirante a bacharel quando em presença de seus colegas de boas posses.

Para os que estudavam na Corte, havia uma rede um pouco maior de cargos públicos e o grande chamariz que eram as pequenas colunas pagas nos

jornais. Embora o dinheiro fosse curto, o acesso à vida pública que a imprensa prometia era exatamente o que, especialmente os bacharéis, visavam. Assim, a maioria conjugou a necessidade de um salário com a atividade política acessível que não era a partidária, mas justamente a crítica a ela.

Os jornais estabelecidos, como o semi-oficial *Jornal do Comércio*, ou mesmo os de voz partidária, como o *Opinião Liberal*; *Tribuna Liberal*; o *Diário de Notícias* não eram empregos fáceis, normalmente limitados à elite. Mas a modernização dos processos técnicos de impressão barateara o custo dos jornais e estava permitindo o surgimento de alguns de grande circulação e mesmo de oposição ao regime, como *O País*, de Quintino Bocaiúva; *A República*, da Corte e *A Província de São Paulo* e a *Gazeta de Campinas*. Também estava possibilitando a formação de uma imprensa de padrão médio, circulação menor e vocação mais popular, como a *Gazeta de Notícias*, a *Gazeta da Tarde*; o *Diário Popular*, *O Mequetrefe*. A *Revista Ilustrada* e o *Cidade do Rio* foram grandes armas nas campanhas abolicionista e republicana. Grande parte dos jovens radicais escreveriam para estes jornais. Mesmo os que não moravam na Corte, como Silva Jardim, enviava sua coluna semanal.

O emprego provisório ou mesmo a coluna no jornal eram vistos como garantia de sobrevivência durante os estudos, a ante-sala da situação mais confortável que o diploma deveria assegurar. Ou o magistério, ou a advocacia, mas preferivelmente a carreira política era o que se alvejava.

Aqui a posição social passava a contar mais do que nunca configurando chances muito diferenciadas de sucesso. Os filhos ou apadrinhados da velha elite tinham postos imediatos e carreira garantida²⁴. Muitos dos membros da elite tinham também ascendido, tendo pais pobres (João Alfredo), ou fazendo aliança com grupos econômicos fortes (Nabuco de Araújo com os Cavalcanti). E isso não soava demérito; todos se honravam por seus esforços de ascensão. Os filhos desta geração tiveram a vida mais facilitada não necessitando aventurar-se nem no magistério nem na advocacia: são bons exemplos os filhos de Nabuco de Araújo e de Rio Branco, ambos tiveram ingresso na carreira diplomática tão logo se diplomaram. A estes não faltavam postos, apenas garantias de espaço na sucessão das gerações políticas.

A tradicional formação jurídica também não era mais o trampolim social garantido de outros tempos. O recurso que salvava os pobres passava, em tempos de aperto, a manter os ricos. Muitas famílias importantes do Vale do Paraíba entravam em bancarrota com a conjuntura de crescimento dos cafezais mais competitivos de São Paulo e os prenúncios de abolição. Neste sentido, o casamento se tornava já nos fins do Segundo Reinado, uma via de dupla mão entre elites, que salvava a velha aristocracia da falência enobrecendo os ascendentes pelo dinheiro²⁵. A própria distribuição de títulos nobiliárquicos

²⁴ É preciso ressaltar que o importante para obtenção de cargos não era a origem social, o critério de posses, mas a posição do indivíduo em relação aos que detinham postos políticos ou eram chefes partidários (GRAHAM, 1990).

²⁵ Processo que *O Cortiço* (1890) de Aluísio de Azevedo registrou magistralmente.

expressa bem esta conjuntura²⁶. Deste modo, uma via de ascensão se fechava para os que não tinham nem réis nem nomes.

Para os que iam parar na Escola Militar ou Politécnica, mais baratas, a situação pouco se alterava. Lá encontravam professores pouco afeitos às armas e insatisfeitos com o vagar da carreira e os baixos salários e desgostosos com a praxe do apadrinhamento superando o mérito na distribuição de cargos (CASTRO, 1995). Benjamin Constant, o professor mais respeitado da Escola Militar, por exemplo, foi preterido 3 vezes para cargos em cujos concursos obtivera o primeiro lugar

O funcionalismo público, “vocaçào de todos”, raramente dava acesso a quem já não tivesse boas entradas políticas.

Estes jovens externos à elite, frustrados em suas expectativas de alpinismo social, não tinham nenhum apego especial ao microcosmos do Império. As instituições monárquicas não chegavam a ter para eles nenhum sentido prospectivo e nenhum valor intrínseco. De modo menos direto, esta convicção vinha da crença de que a monarquia não era compatível com a modernidade, que significava especialização de funções, preenchidas por mérito e não por sangue ou compadrio²⁷.

Além de ganha-pão, a imprensa vai se tornando o canal de expressão da insatisfação represada. Aí ocorre a retomada da velha tradição brasileira do opúsculo político de oposição. Mas não mais como crítica a um gabinete em particular, um partido em especial. Os jovens insatisfeitos vão encontrar as raízes profundas dos males na própria forma de governo e na organização da sociedade, auxiliados pelas novas teorias científicas que falavam de um mundo em evolução.

4. A radicalização política

A modernização curricular que as faculdades não proveram acabou ocorrendo de modo torto e mais no entorno da escola que no banco escolar. Na Politécnica, Álvaro de Oliveira, catedrático de química, usava a obra de Comte como referência. O mesmo fazia Oliveira Guimarães no Colégio Pedro II e Godofredo Furtado na Escola Normal em São Paulo. Benjamin Constant, na Escola Militar, passou a ensinar as matemáticas de Comte a seus alunos²⁸.

Estes professores, porém, não tinham ambições políticas - Constant se orgulhava mesmo de não votar. Mas nutriam efetivo interesse de conhecimento e que por esta via entravam em contato com as novas teorias européias. Era parte da profissão o acompanhamento da produção intelectual estrangeira. Neste sentido, suscitavam na nova geração o interesse pela ciência e a ojeriza pelos cânones intelectuais do Império, em especial o indianismo. Foram também, num sentido negativo, os sinalizadores e os exemplos da asfixia das carreiras: da

²⁶ Em 186, havia 125 aristocratas; em 1871, 179; e em 1874, 235. (LEITE, 1978:56).

²⁷ A decepção com o diploma que não redundava em acesso à carreira política é que os une aos filhos dos cafeicultores de São Paulo, que não sofriam as agruras financeiras, mas, destituídos de bons nomes, amargavam o mesmo veto ao mundo político do Império.

²⁸ Além de Benjamin, a escola contava ainda com outros professores positivistas, como Roberto Trompawsky (SCHULZ, 1974:254-5). Em 1879, cria-se mesmo um clube acadêmico positivista na escola militar (CASTRO, 1995:67).

patronagem suplantando o mérito; e das escassas esperanças de que o sistema viesse a se alterar. Vinham usando o magistério como canal de ascensão social, mas eram suplantados usualmente por apadrinhados, ainda que tivessem prestígio na corte - como Benjamin Constant, preceptor das princesas. Insatisfeitos com seus empregos, ensinavam aos seus jovens discípulos e colegas a rejeitar os programas que as reformas não reformavam e a criar por própria conta sociedades de estudo.

Demonstraram também, pela palavra e pelo exemplo, a resistência do arcaísmo nacional, dos vícios institucionais e da baixa chance de ascensão de quem estivesse na oposição ou professasse novos princípios. Na opinião do arquiconservador Andrade Figueira as escolas de Minas e da Politécnica estavam virando “viveiros de positivistas e de materialistas.” (CARVALHO, 1978: 42). Neste sentido, os professores deram a largada involuntária à radicalização política da mocidade, sem terem participado diretamente dela.

Os colégios secundários privados, como o Culto à Ciência, o Neutralidade e mesmo a Escola Normal de São Paulo viraram um foco de formação de uma perspectiva crítica ao regime, porque aí se dava o encontro entre uma frustração crescente dos jovens com as perspectivas de carreira e os novos conhecimentos, sobretudo os científicos. Embora os grandes sucessos no Brasil fin-de-siècle, como *O Sistema de Política Positiva*, de 1854 e *A Vida de Jesus* de Renan, de 1863, já estivessem há muito acessíveis, sua penetração como instrumento de compreensão da realidade nacional só se concretizou na presença desta insatisfação com a política, com a elite brasileira e com seu modo de enxergar o mundo. As obras de Comte, de Spencer, de Taine, de Renan exprimiam uma visão de mundo diversa daquela que configurara a perspectiva da velha geração da elite política: a desconfiança para com a religião, a busca de leis na história, a explicação causal dos fenômenos sociais e o elogio das novas ciências, a química, a biologia, a sociologia.

Estas obras não chegavam a ser a ciência propriamente, mas sua avant-guard. Apresentavam a orientação científica, o “espírito positivo” dos tempos de invenção da locomotiva e do telégrafo e faziam a crítica às instituições “retrógradas” que bloqueavam o avanço do saber. A idéia de estágios de evolução tão disseminada no tempo reforçava aqui o caráter transitório das formas monárquicas, e ajudava a ponderar seus arcaísmos em todos campos. Esta terminologia científica e seu approach forneceram os instrumentos pelos quais a insatisfação com o ensino, com a distribuição de cargos, com a orientação “literária” da elite foi sendo identificada com causas mais profundas do “estágio da civilização brasileira”, com sua organização política e social. A teoria de Comte, relata Silva Jardim, “dava-me a possibilidade de raciocinar sem as ilusões nem erros grosseiros do espírito teológico ou metafísico, as meditações que realizava sobre a sociologia geral e abstrata aplicada à nação brasileira levaram à necessidade da República e portanto ao meu dever de cidadão de aproximar seu advento.” (JARDIM, 1891:20).

Nas escolas, portanto, estava um dos meios de mudança de perspectiva do ecletismo romântico monárquico para um ponto de vista científico, que buscava explicações históricas para os “fenômenos sociais” ao invés de determinações do espírito ou princípios normativos. Esta guinada no universo intelectual dava forma à insatisfação com o status quo imperial permitindo a crítica ao liberalismo pré-democrático e ao romantismo, suas referências intelectuais, sem abrir mão da defesa de amplas liberdades de expressão e de opinião. A formação em cânones distintos da velha elite propiciava aos jovens os elementos para conformar uma perspectiva crítica e reformista em relação ao Império.

De outro lado, inseriam o Brasil numa escala evolutiva, apresentando o próprio reformismo como parte de um movimento universal de diversificação econômica, abertura do sufrágio, alargamento da educação, investimento em ciência básica. Enfim, a “civilização”, que estava passando a significar fundamentalmente industrialização (CARVALHO,1980). Nestes sentido, as novas teorias sociais permitiam apontar um novo rumo para o Brasil.

Havia uma grande variedade de correntes e autores científicos, mas a ala mais radical do reformismo foi fundamentalmente tributária do positivismo, a coqueluche da época. A obra de Auguste Comte tinha uma série de atrativos para os jovens frustrados com as perspectivas de carreira na sociedade imperial. Tinha, antes de tudo, um espírito otimista, uma crença no aperfeiçoamento da humanidade, e uma fé ilimitada na capacidade da ciência em engendrar uma ordem social perfeita.

A ciência mostrava que o futuro do mundo estava na difusão de seus usos e que as profissões a valorizar eram a engenharia, formadora das estruturas da nova sociedade, e a pedagogia, já que tempos novos exigiam homens novos. O bacharelismo imperial aparecia, por esta ótica, um fenômeno arcaico, tendente a desaparecer.

O positivismo era também uma língua nova biologizante para a política, que vinha substituir as metáforas greco-romanas da velha elite. Trazia a terminologia e os ícones da Revolução Francesa, tendo adotado mesmo seu calendário, se distinguindo assim do liberalismo “representativo”. Produzia novos critérios de classificação social, para além de elite e não elite, e abolia a determinação de lugares sociais por nascimento. O saber era o critério de mérito, mas os diplomas eram dispensáveis.

A fórmula política e a organização social que o positivismo apresentava tinha eixo na lei dos três estados, que apontava a extinção da monarquia como indício de progresso, trazendo, portanto, uma justificativa científica do republicanismo. Também apresentava como forma de governo definitiva uma ditadura republicana, combinada ao federalismo, executivo forte e assembléia legislativa orçamentária.

Foi a conjuntura de leituras científicas e falta de perspectivas individuais de carreira que fez de jovens frustrados republicanos convictos. Não foi então como escola de pensamento, como corpo doutrinário científico e republicano fornecedor de uma orientação para a política que o positivismo foi adotado.

Interessando tão somente as características suas que possibilitavam a expressão da insatisfação pessoal como crítica política e projeto reformista.

O livro *A Republica Federal* de Assis Brasil, saído em 1881, denota com clareza o estabelecimento de uma crítica outsider ao regime, informada pelas novas teorias sociais. Sua defesa da república partia da tese de que "Para toda reforma social há uma reforma política correspondente. (...). Toda mudança na ordem política é sempre ocasionada pelo extraordinário crescimento da ordem social, que aquela deve conter e não reprimir." (ASSIS BRASIL,1881:116-17).

Citando Comte, dividia a sociedade brasileira conforme dois princípios coincidentes com a elite, os representantes da ordem, conservadores, capitalistas, grandes proprietários e empregados públicos; e com as "classes liberais" constituídas por "obscuras famílias, tendo chegado a cultivar o espírito sem sofrer a influência dos antepassados; pelos operários; pelos artistas; pelos homens de mediana ou quase nula fortuna; pelos que vivem sem a proteção imediata dos governos, e, finalmente, pela mocidade esclarecida." (ASSIS BRASIL,1881:262). Exatamente este grupo que descreve com precisão a posição social dos estudantes insatisfeitos, de que o autor é parte, representaria progresso.

O equilíbrio dos dois grupos garantiria a harmonia social, mas o Brasil vivia sob o predomínio conservador, que causava reação e emperramento. Logo, cabia aos grupos progressistas a iniciativa de alterar um status quo descompassado: "O progresso é o desenvolvimento da ordem. É esse desenvolvimento que se torna impossível na monarquia.(...) Não é impunemente que se ofendem assim as mais imperiosas leis da natureza. (...). A moderna ciência da política,(...), descobriu a única fórmula possível (...): intervenção de todos nos negócios de todos". Isto é, do sufrágio universal, os sistemas restritos beneficiariam os conservadores; uma artimanha para excluir "a parte mais adiantada da sociedade". O único modo do povo aprender a votar seria votando: "A aptidão provém do exercício, assim como a atrofia provém da falta desse mesmo exercício." conclui, citando Darwin (ASSIS BRASIL,1881:47;264;299).

Assim é que as teorias do progresso social começavam a dar à frustração de ascensão política e à dissonância de status a forma de rebeldia política. Sem acesso aos canais de patronagem política, sem chances de ingressar no parlamento, agruparam-se nas escolas, investiram na agitação pública, nos comícios, em clubes e transformaram a imprensa em seu púlpito. Aí os reformistas brandiram um programa de reformas estruturais que atingiam primeira e principalmente os dois pilares do Império: a organização política, propondo a república, e os fundamentos da economia e da sociabilidade, querendo abolir a escravidão.

Os novos jornais partidários e uma plêiade de pequenos jornais, produzidos nas próprias faculdades, que proliferam vertiginosamente nos anos

80, viraram o locus de crítica aguerrida às instituições e de expressão de uma profissão de fé republicana²⁹.

A *Luta*³⁰, por exemplo, tinha uma linha científica de ataque ao Império e de defesa do republicanismo. Os artigos obedecem um verdadeiro padrão: apresentam um assunto do debate político do dia; em seguida vasculham nas obras de Comte, Spencer, Renan, Darwin, Haeckel, Moleschott, Pichard, Le Bon, Strauss, Stuart Mill, Lewes, Laffitte, Buckle, os princípios científicos gerais aplicáveis ao problema em questão e concluem apresentado uma solução.

Há uma sessão literária, na praxe do período, que não exhibe obras românticas e sim romances de Zola. Mais adiante uma tradução de seu *Naturalismo em Literatura*, por Sívio Romero, uma outra de *A economia política e a filosofia positiva* de Comte por Alcides Lima e finalmente trechos da obra em processo de Alberto Sales, *Política Republicana*.

Outra sessão é destinada ao ensino, onde vem incisivas críticas aos cursos de Direito, apontando seus manuais caducos, suas deficiências técnicas, o despreparo das bibliotecas - "um foco de metafísica", onde faltam periódicos estrangeiros e livros de Pichard e Littré, mas abundam poesias do Conselheiro do Imperador Gonçalves de Magalhães. O jornal apóia a nova tentativa de reforma do ensino de Rui Barbosa. Querem o fim do "curso de metafísica", baseado no direito natural e no direito eclesiástico, o padrão de Coimbra no qual a elite política se formou, substituído por disciplinas científicas, história natural, método positivo e a criação futura de uma cadeira de sociologia. Enfim, "a educação científica (...) confiada aos mais competentes, competência firmada em provas reais." (A LUTA, 1882, no. 4, 06/4; no 9, 12/5; no 22, 11/08; no 13, 9/07; no. 6, 20/4; no. 11, 26/05).

A constante dos artigos é a crítica às instituições do Império. O catolicismo, como religião de estado, é abominado como razão do atraso científico no pensamento e na vida material: opondo a resistência das "idéias tradicionais" ao desenvolvimento das "idéias novas". "Novas gerações vieram, (...), os descobrimentos científicos e suas aplicações industriais, (...), filosofia moderna; só a Constituição conserva-se inabalável, sombria e grosseira." Impede assim que chegue ao Brasil a "direção científica e filosófica da humanidade". "As teorias, aceitas com entusiasmo e estudadas com dedicação pela geração

²⁹ A imprensa republicana na cidade de São Paulo cresce fortemente a partir dos anos 70. Dos jornais maiores, *O Correio Paulistano* tem sua fase antimonárquica em 1872 e a *A Província de São Paulo* (fundada em 1875) é porta-voz do partido republicano em São Paulo, o *Diário Popular*, 1884, abriga uma dissidência sua. Há muitos jornais pequenos, muitos não passavam de um número, os mais resistentes duravam um ano. Congregavam grupos pequenos, que se desfaziam e se reorganizavam em novas publicações sempre velozmente. Na Corte havia *O Besouro* 1878/79; *O Mosquito*, 1869-74; *O Protesto*, 1877 e a popular *Revista Ilustrada*, 1876/77, dedicada à sátira política ilustrada; *Gazeta do Povo*, 1879; *O combate*, 1881; *A Pena*, 1882; *Oitenta e Nove*, 1884; *O Brasileiro*, 1885; *Revista Republicana*, 1885; *A Revolução*, 1887; *O Tiradentes*, 1887; *O Bisturi*, 1888; *O Escândalo*, 1888; *O Grito do Povo*, 1888, *Revista Democrática*, 1888; *O Rebate*, 1888; *A Fanfarra*, 1889; *A Democracia*, 1889; *a Luta*, 1889; *A Metralha*, 1889; *A Onda*, 1883; *A Democracia*, 1885; *A Vida Semanária*, 1887; *A Propaganda*, 1871; *O Rebate*, 1874 (PESSOA et al., 1974). Havia ainda os estritamente positivistas como *A República*; 1876; *Opinião Republicana*, 1877; *O Federalista*, 1880; *A Evolução*, 1880; *A Sentinela*, 1887; *O Ganganelli*, 1885; *Ça-ira*, 1882; *A Luta*, 1882. No Rio Grande do Sul, a propaganda levada pelos alunos de São Paulo regressos se fez em *A Federação* e *O Tempo*, o mesmo em Pernambuco, com o *O Diabo a Quatro*.

³⁰ Dirigido por Argemiro Galvão, teve longa duração, periodicidade fixa e mesmo assinaturas. Reunia Alberto Sales, Alonso da Fonseca, Adolfo Osório, A.Galvão, A.Brasil, A.Lima, C.Sales, C.Azevedo, G.Piza, Homero Batista, M.Prado Jr., Muniz de Souza, P.Lessa, P.Morais, R. Pestana, R.Correa, R.Randolfo Fabrino, R.Pompeia, T.Dias, U.Amaral, Waldomiro Guilherme e outros do norte, como Sívio Romero.

passada, já fizeram sua época, não satisfazem mais as aspirações da mocidade, tendem a ser eliminadas e substituídas por outras." Apontam a incompatibilidade entre "as indigestas teorias do direito natural e eclesiástico" e as idéias de Darwin, Comte, Spencer (A LUTA, 1882, no. 5, 13/4 ; no. 3, 30/3; no. 7, 27/4).

Os vários artigos de crítica social, contra o tráfico interprovincial de escravos, em defesa da imigração, da instrução popular, redundam sempre na condenação sumária da escravidão e na defesa da abolição imediata. Assis Brasil declara: "sou abolicionista precipista" (A LUTA, 1882, no 31, 13/10)

A crítica se expande para os partidos políticos "defensores de preconceitos sociais, vítimas de uma educação teológica, influenciados pelo fetichismo" e que ignoram a centralidade da ciência e da indústria no mundo moderno, nada fazendo em seu favor. Condenam o opróbrio de "terem se tornado os cargos públicos meios de corrupção nas mãos dos homens de governo"; para concluir que a aplicação da lei dos três estados implica a instalação da República no Brasil, como "governo do povo pelo povo e para o povo" (A LUTA, 1882, no. 5 13/4; no. 7, 27/4; no. 6, 20/4).

Uma série de artigos analisa os partidos: estão "podres", puramente pessoais, sem programas; a reforma eleitoral fracassou, a câmara dos deputados é subserviente. As "doutrinas da pura democracia", sinônimo aqui de república em oposição a monarquia, estariam já em todos espíritos, faltando apenas "congregar todas as inteligências,(...), em um grupo forte e numeroso para levar a efeito a reforma." A Revolução Francesa é o ideal que estes jovens tem em mente, como marco do mundo moderno, da supremacia da democracia sobre o despotismo, significando a instauração da soberania popular como princípio do direito. Ora, "Se a revolução de 1789 exerceu tanta influência na moderna organização das nacionalidades (...), não estará também a Terceira República a exercer igual influência?" (A LUTA, 1882, no. 11, de 26/05, no 13, 9/07; no. 10, 19/05).

Como se vê, as críticas que começavam no ensino, atacando incisivamente a metodologia, os cursos enciclopédicos à moda antiga; o ranço dos livros, a ausência dos professores, o atraso de suas doutrinas, vão progressivamente se tornando virulentas. Reclamavam da patronagem, detrataram a família imperial, ironizaram a distribuição de títulos nobiliárquicos e condecorações. Passaram a questionar a lisura e a capacidade da elite política. Foram se infiltrando para dentro do regime político, abominando o parlamentarismo, o poder moderador e o sistema eleitoral. (MESQUITA, 1974).

Paulatinamente vai figurar em todos estes jornais a necessidade de abolir imediatamente a escravidão e a premência cientificamente demonstrada de instituir a República. O manifesto "Poder e Povo" de 1888 expõe com clareza este programa de "abolição de privilégios e desigualdades", defendendo a república, com um executivo forte, instituída por aclamação e submetida ao sufrágio popular: "A República é verdadeiramente a grande operação política

reservada não só ao Brasil, mas a todo o ocidente contemporâneo(...). Talvez para a construção majestosa que ideamos seja preciso previamente destruir com violência (...).”³¹(apud FALCÃO, 1933:164;175).

A resistência do Império em se abrir estava transformando os reformistas em revolucionários.

Considerações finais

Através da noção de reformismo, procurei mostrar aqui como o pensamento político republicano e a rigidez das estruturas de poder do universo imperial estavam essencialmente conectados. O reformismo foi um movimento político-intelectual de contestação surgido no momento de modernização econômica e conseqüente complexificação social da sociedade brasileira que ao esbarrar nas instituições imperiais, lentas demais em se modernizar, esforçou-se por alterá-las.

No caso selecionado, a situação de dissonância de status e de frustração de projetos individuais de ascensão social e carreira política evolui para uma perspectiva coletiva de crítica ao regime. A formação desta comunidade de sentimento se deu a partir da formulação que a teoria republicana positivista permitiu tanto do problema vivenciado quanto da possível solução para ele, redundando em ações de ataque ao status quo.

Neste sentido, o reformismo exprime a força modernizadora de grupos emergentes visando refazer os parâmetros institucionais que bloqueavam seu desenvolvimento. Seu programa comum era o ingresso na modernidade pela reorganização das instituições jurídicas, da representação política, do mundo do trabalho, a instauração de critérios de mérito para o acesso à burocracia de estado, a reforma do ensino, enfim, a expansão e racionalização da esfera pública. Esta pauta se materializou tanto como crítica intelectual ao Império como em ação política para derrubá-lo. Os reformistas radicais transformaram as bandeiras abolicionista e republicana em campanhas de rua, com comícios e manifestações pública, atacando por fora o circuito fechado de tomada de decisões. Este movimento é um dos fatores que explica a abolição da escravidão em 1888 e a queda do regime em 1889, seguida pela aprovação da maior parte de suas reivindicações, em particular as medidas de ampliação da cidadania.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, S.. 1988. *Os Aprendizes do Poder*. R.J., Paz e Terra.
- ALONSO, A. 1996. Epílogo do Romantismo. *Dados*, R.J., vol. 39, no. 1
- ASSIS BRASIL, J.F. 1881. *A República Federal*. S.P. Leroy K. Bookwalter.
- BOEHRER, George C.A. 1954. *Da Monarquia à República - História do Partido Republicano do Brasil (1870-89)*. R.J., MEC.
- CARNEIRO PESSOA, R.X et al. 1974: A Imprensa republicana na cidade de São Paulo (1870-1889) ANPUH. *O Ideal republicano*. Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo, S.P.

³¹ O Manifesto do Partido Republicano de Pernambuco de 11/12/1888 foi redigido por Aníbal Falcão e subscrito por 22 outros jovens republicanos em apoio à candidatura de Silva Jardim à liderança nacional do partido.(BOEHRER,1954:161).

- CARVALHO, J.M. 1978. A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória. S.P., ed.nacional.
- CARVALHO, J.M..1980. A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial. R. J., Campus.
- CASTRO, Celso. 1995. Os Militares e a República - Um estudo sobre cultura e ação política. R.J., Jorge Zahar.
- COLLICHIO, T.A.F. 1988. Miranda Azevedo e o Darwinismo no Brasil. S.P., Edusp/Itatiaia.
- COMTE, A..1912. Systeme de Politique Positive (1851-1854). Paris, Georges Crés.
- COMTE, A..1949. Cours de Philosophie Positive (1830-1842). Paris, Garnier.
- TEIXEIRA MENDES, R. [ETHÓPHILO]. 1876. Libelo Acadêmico. R.J., Typ. Fluminense
- FALCÃO, Aníbal. 1933. A Formação da Civilização Brasileira. R.J., Ed. Guanabara.
- FAORO, R. 1993 A Aventura Liberal numa Ordem Patrimonialista , *Revista USP*, no. 17
- GRAHAM, R. 1990. Patronage and Politics in 19th. Century Brazil. Stanford University Press
- GRAHAM, R.. 1973. Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil (1850 - 1914). S.P., Brasiliense.
- HAIDAR, 1972. O Ensino Secundário no Império Brasileiro. S.P., Grijalbo, Edusp.
- HOLANDA, S. B. 1972. O Brasil Monárquico - Do Império à República. História Geral da Civilização Brasileira, S.P., Difel.
- HOLANDA, S. B. 1936. Raízes do Brasil. R.J., J. Olympio
- LEITE, Beatriz W. C. 1978. O Senado nos anos finais do Império 1870-1889. Brasília, Senado Federal/UnB.
- A Lucta* , 1882, ano I , nos 1 a 36
- MESQUITA, Eni. 1974. A Crise Monárquica: notas e referências para um estudo através das críticas. ANPUH. O Ideal republicano. Anais do II Encontro do Núcleo Regional de São Paulo, S.P.
- MOACYR, Primitivo. 1937. A Instrução e o Império (1854-1888). vol. 2 Brasileira. Cia. Ed. Nacional.
- MORAES, C.S.V. 1990. A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no estado de São Paulo - 1873 a 1934. Tese, Depto. Sociologia. USP.
- PAIM, A. 1981. Plataforma Política do positivismo ilustrado. Brasília, UnB
- PANG, Eul-Soo & SECKINGER, R.L. 1972. The Mandarins Of Imperial Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, no. 14, vol.2. março.
- POCOCK, A. 1969. The History of Political Thought; a methodological enquiry in LASLETT, P. & RUNCIMAN, W.G. Philosophy, Politics and society. Oxford.
- SCHULZ, J.1974. O Exército e o Império In HOLANDA, S.B. (org.) O Brasil Monárquico II, vol 4, S.P., Difel
- SILVA JARDIM, A. 1978. Propaganda Republicana (1888-1889). R.J., MEC/Casa Rui/CFCRJ
- SILVA JARDIM, Antonio, 1891. Memórias e Viagens - I Campanha de um propagandista (1887-1890). Lisboa, Tip. Cia. Nacional Ed.
- SPENCER, H.. 1882. Principes of Sociology. N.Y., Appleton.
- WAREBE, M.J.G. 1974 . A Educação In HOLANDA, S.B. (org.) O Brasil Monárquico II, vol 4, S.P., Difel